



Dezembro/2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Concurso Público para provimento de cargos de Técnico Judiciário Área Judiciária e Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova '26', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 01 a 08 referem-se ao texto que segue.

Uma história em comum

Os povos indígenas que hoje habitam a faixa de terras que vai do Amapá ao norte do Pará possuem uma história comum de relações comerciais, políticas, matrimoniais e rituais que remonta a pelo menos três séculos. Essas relações até hoje não deixaram de existir nem se deixaram restringir aos limites das fronteiras nacionais, estendendo-se à Guiana-Francesa e ao Suriname.

Essa amplitude das redes de relações regionais faz da história desses povos uma história rica em ganhos e não em perdas culturais, como muitas vezes divulgam os livros didáticos que retratam a história dos índios no Brasil. No caso específico desta região do Amapá e norte do Pará, são séculos de acúmulo de experiências de contato entre si que redundaram em inúmeros processos, ora de separação, ora de fusão grupal, ora de substituição, ora de aquisição de novos itens culturais. Processos estes que se somam às diferentes experiências de contato vividas pelos distintos grupos indígenas com cada um dos agentes e agências que entre eles chegaram, dos quais existem registros a partir do século XVII.

É assim que, enquanto pressupomos que **nós** descobrimos os índios e achamos que, por esse motivo, eles dependem de **nosso** apoio para sobreviver, com um pouco mais de conhecimento sobre a história da região podemos constatar que os povos indígenas dessa parte da Amazônia nunca viveram isolados entre si. E, também, que o avanço de frentes de colonização em suas terras não resulta necessariamente num processo de submissão crescente aos novos conhecimentos, tecnologias e bens a que passaram a ter acesso, como à primeira vista pode **nos** parecer. Ao contrário disso, tudo o que esses povos aprenderam e adquiriram em suas novas experiências de relacionamento com os não-índios insere-se num processo de ampliação de suas redes de intercâmbio, que não apaga – apenas redefine – a importância das relações que esses povos mantêm entre si, há muitos séculos, “apesar” de **nosso** interferência.

(Adaptado de: GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIANI, Denise Fajardo. **Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará**: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? São Paulo: Iepé, 2003, p.8-9)

1. As culturas dos povos indígenas do Amapá e norte do Pará foram enriquecidas devido
- (A) ao processo de colonização, que permitiu que a civilização, trazida pelos brancos, substituísse as tradições locais.
 - (B) à chegada dos brancos na região, pois, até então, esses povos indígenas viviam afastados, sem interagir entre si.
 - (C) ao intenso contato entre esses povos, o que resultou em diferentes processos de adição ou substituição de itens culturais.
 - (D) aos acordos políticos e comerciais firmados entre o governo brasileiro e países com os quais faz fronteira.
 - (E) à interferência do branco nas relações entre esses povos, que se tornam pacíficas apenas a partir do século XVII.

2. Os povos indígenas do Amapá e norte do Pará
- (A) preservam sua cultura evitando relações comerciais com povos de outros países.
 - (B) receberam influência dos não-índios sem se tornar necessariamente submissos a eles.
 - (C) vêm se tornando cada vez mais dependentes da tecnologia dos brancos.
 - (D) permaneceram alheios à tecnologia que os colonizadores trouxeram consigo três séculos atrás.
 - (E) lutam para garantir que suas tradições permaneçam inalteradas ao longo do tempo.

3. Os pronomes destacados no último parágrafo – **nós**, **nosso**, **nos**, **nossa** – fazem referência
- (A) aos povos indígenas da Amazônia.
 - (B) a todos os indígenas brasileiros.
 - (C) às redes de intercâmbio indígenas.
 - (D) aos representantes da cultura hegemônica.
 - (E) a todos os habitantes das zonas urbanas do Brasil.

4. A alternativa que apresenta uma passagem do texto corretamente reescrita, sem alteração de sentido, é:
- (A) ... até hoje não deixaram de existir... (1º parágrafo) = ... permaneceram até os dias atuais...
 - (B) ... nem se deixaram restringir... (1º parágrafo) = ... não se permitiram difundir...
 - (C) ... dependem de **nosso** apoio... (3º parágrafo) = ... acatam nossa sugestão...
 - (D) ... podemos constatar que os povos... (3º parágrafo) = ... devemos questionar que os povos...
 - (E) ... nunca viveram isolados... (3º parágrafo) = ... sempre se esquivaram do convívio...

5. Considere a passagem do texto:

*No caso específico desta região do Amapá e norte do Pará, são séculos de acúmulo de experiências de contato entre si que redundaram em inúmeros processos, **ora** de separação, **ora** de fusão grupal, **ora** de substituição, **ora** de aquisição de novos itens culturais.*

O termo *ora*, em destaque, expressa ideia de

- (A) finalidade.
- (B) causa.
- (C) alternância.
- (D) comparação.
- (E) conclusão.

6. A passagem do texto que se mantém correta após o acréscimo da vírgula é:
- (A) Essas relações até hoje, não deixaram de existir nem se deixaram restringir aos limites das fronteiras nacionais...
 - (B) Essa amplitude das redes de relações regionais, faz da história desses povos uma história rica em ganhos e não em perdas culturais...
 - (C) ... como muitas vezes divulgam os livros didáticos que retratam, a história dos índios no Brasil.
 - (D) Processos estes que se somam, às diferentes experiências de contato vividas pelos distintos grupos indígenas com cada um dos agentes e agências que entre eles chegaram...
 - (E) ... com um pouco mais de conhecimento sobre a história da região, podemos constatar que os povos indígenas dessa parte da Amazônia nunca viveram isolados entre si.



7. ... enquanto pressupomos que **nós descobrimos os índios...** (3º parágrafo)

A passagem destacada acima está corretamente reescrita na voz passiva, preservando-se a correlação entre as formas verbais, em:

- (A) por nós os índios seriam descobertos.
- (B) nós tínhamos descoberto os índios.
- (C) os índios é que nós descobrimos.
- (D) os índios foram descobertos por nós.
- (E) descobria-se os índios.

8. Acentuam-se devido à mesma regra os seguintes vocábulos do texto:

- (A) *também, mantêm, experiências.*
- (B) *indígenas, séculos, específico.*
- (C) *acúmulo, importância, intercâmbio.*
- (D) *políticas, história, Pará.*
- (E) *até, três, índios.*

9. Está redigida em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa a frase:

- (A) Ocupa-se as faixas de terra que vão do Amapá ao norte do Pará com várias comunidades indígenas.
- (B) Faz pelo menos três séculos que esses povos partilham uma história de relações comerciais, políticas, matrimoniais e rituais.
- (C) São comuns livros didáticos que, ao tratarem da condição dos índios do Brasil, contribui para divulgar uma história de perdas culturais.
- (D) O acúmulo de experiências de contato entre diferentes povos permitiram que ocorresse processos de fusão e de separação de grupos.
- (E) Com o avanço das frentes de colonização em suas terras, foi trazido uma série de novos conhecimentos e tecnologias.

10. Todos os termos estão empregados e grafados corretamente em:

- (A) Os povos indígenas mencionados no texto detêm uma extensão de terras que vai do Amapá ao norte do Pará.
- (B) Na opinião das autoras, o discurso dos livros didáticos trás uma visão, por vezes, distorcida da história dos índios brasileiros.
- (C) Os povos indígenas do Amapá e do norte do Pará mantiveram uma história em comum ao longo do tempo.
- (D) Alguns preconceitos serão desfeitos quando se fazer um estudo mais amplo a cerca dos povos indígenas do Brasil.
- (E) As autoras se proporam a focar a história dos povos indígenas do Amapá e do norte do Pará por um novo viéz.

Atenção: As questões de números 11 a 16 referem-se ao texto que segue.

A floresta das parteiras

Elas nasceram do ventre úmido da Amazônia, do extremo norte do Brasil, do Estado ainda desgarrado do noticiário chamado Amapá. O país não as escuta porque perdeu o ouvido para os sons do conhecimento antigo, a toada de suas cantigas. Muitas desconhecem as letras do alfabeto, mas leem a mata, a água e o céu. Emergiram dos confins de outras mulheres com o dom de pegar menino. Sabedoria que não se aprende, não se ensina nem mesmo se explica. Acontece apenas. Esculpidas por sangue de mulher e água de criança, suas mãos aparam um pedaço do Brasil.

O grito feminino ecoa do território empoleirado no cocuruto do mapa para lembrar ao país que nascer é natural. Não depende de engenharia genética ou operação cirúrgica, não tem cheiro de hospital. Para as parteiras da floresta, que guardaram a tradição graças ao isolamento geográfico de seu berço, é mais fácil compreender que um boto irrompa do igarapé para fecundar moça donzela do que aceitar que uma mulher marque dia e hora para arrancar o filho à força. Quase toda a população do Amapá, menos de meio milhão de habitantes, chega ao mundo pelas mãos de setecentas pegadoras de menino.

Encarapitadas em barcos ou tateando caminhos com os pés, a índia Dorica, a cabocla Jovelina e a quilombola Rossilda são guias de uma viagem por mistérios antigos. Cruzam com Tereza e as parteiras indígenas do Oiapoque. Unidas todas elas pela trama de nascimentos inscritos na palma da mão. "Pegar menino é ter paciência", recita a caripuna Maria dos Santos Maciel, a Dorica, a mais velha parteira do Amapá, com 96 anos. "Parteira não tem escolha, é chamada nas horas mortas da noite para povoar o mundo."

(Adaptado de: BRUM, Eliane. **O olho da rua:** uma repórter em busca da literatura da vida real. São Paulo: Globo, 2008, p. 19-20)

11. Ao afirmar que o Amapá é um *Estado ainda desgarrado do noticiário*, a autora sugere que

- (A) o Brasil conhece o Amapá por meio de notícias que são frequentemente divulgadas pela imprensa.
- (B) a imagem que os brasileiros têm do Amapá não condiz com a realidade veiculada pelos meios de comunicação.
- (C) a mídia brasileira não contribui para que o Amapá seja suficientemente conhecido pelo restante do Brasil.
- (D) o jornalismo demonstra grande interesse em retratar as condições de vida da população do Amapá.
- (E) o Amapá tem destaque na televisão sempre que ocorre em seu território algum incidente relevante.

12. *Muitas desconhecem as letras do alfabeto, **mas** leem a mata, a água e o céu.*

Sem efetuar qualquer outra alteração na frase, o termo **mas** será corretamente substituído, tendo-se o sentido e a estrutura frasal preservados, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, por

- (A) contudo.
- (B) embora.
- (C) apesar de.
- (D) portanto.
- (E) como.



13. Quando afirma que, para as parteiras da floresta, *é mais fácil compreender que um boto irrompa do igarapé para fecundar moça donzela do que aceitar que uma mulher marque dia e hora para arrancar o filho à força*, a autora destaca a maneira como as parteiras
- (A) aprendem seu ofício por meio de lendas que se perpetuam pela tradição oral.
- (B) concebem o parto como um evento natural, que se realiza segundo as regras da natureza e não do conhecimento científico.
- (C) estão limitadas a uma prática médica ultrapassada devido a seu isolamento geográfico.
- (D) apresentam uma compreensão irracional do nascimento, o que evidencia uma visão idealizada da natureza.
- (E) demonstram pouco conhecimento técnico para fazer o parto, embora se mostrem solícitas para com suas pacientes.
14. Conclui-se que a sabedoria das parteiras do Amapá é pouco valorizada no Brasil, porque
- (A) a sociedade brasileira ainda tem preconceito contra mulheres que trabalham, o que se percebe no trecho: *Unidas todas elas pela trama de nascimentos inscritos na palma da mão.* (3º parágrafo)
- (B) a atividade que elas realizam não produz frutos visíveis para a sociedade, o que se nota no trecho: *"Parteira não tem escolha, é chamada nas horas mortas da noite para povoar o mundo."* (3º parágrafo)
- (C) elas partilham um conhecimento demasiadamente teórico e difícil de compreender, o que se observa no trecho: *Sabedoria que não se aprende, não se ensina nem mesmo se explica. Acontece apenas.* (1º parágrafo)
- (D) seu trabalho é restrito a comunidades indígenas isoladas na Floresta Amazônica, o que se verifica no trecho: *Esculpidas por sangue de mulher e água de criança, suas mãos aparam um pedaço do Brasil.* (1º parágrafo)
- (E) os brasileiros já não se interessam pela tradição, o que se evidencia no trecho: *O país não as escuta porque perdeu o ouvido para os sons do conhecimento antigo.* (1º parágrafo)
15. Duas passagens relacionadas a ideias opostas no texto estão em:
- (A) *um pedaço do Brasil* (1º parágrafo) e *Quase toda a população do Amapá* (2º parágrafo).
- (B) *extremo norte do Brasil* (1º parágrafo) e *território empoleirado no cocoruto do mapa* (2º parágrafo).
- (C) *sangue de mulher* (1º parágrafo) e *grito feminino* (2º parágrafo).
- (D) *engenharia genética* e *operação cirúrgica* (2º parágrafo).
- (E) *pegar menino* (1º parágrafo) e *arrancar o filho à força* (2º parágrafo).
16. *Quase toda a população do Amapá, menos de meio milhão de habitantes, chega ao mundo pelas mãos de setecentas pegadoras de menino.*
- O sentido da frase acima está preservado, em linhas gerais, e a concordância atende à norma-padrão da língua portuguesa, em:
- (A) Fazem vir ao mundo quase toda a população do Amapá, menos de meio milhão de habitantes, setecentas pegadoras de menino.
- (B) Quase toda a população do Amapá, menos de meio milhão de habitantes, setecentas pegadoras de menino deve dar ao mundo.
- (C) Quase toda a população do Amapá, menos de meio milhão de habitantes, setecentas pegadoras de menino dá à luz.
- (D) Setecentas pegadoras de menino são responsável por trazer ao mundo quase toda a população do Amapá, menos de meio milhão de habitantes.
- (E) São as setecentas pegadoras de menino que faz chegar ao mundo quase toda a população do Amapá, menos de meio milhão de habitantes.
17. Quando visitou a Amazônia, Eliane Brum com a índia Dorica, que, na ocasião, à jornalista que as parteiras realizavam um trabalho que paciência.
- A alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase, preservando-se a correlação entre as formas verbais, é:
- (A) conversava - revelando - exigiu
- (B) tinha conversado - revelasse - exigira
- (C) conversa - tinha revelado - teria exigido
- (D) conversou - revelou - exigia
- (E) conversara - revelaria - exigisse
18. Considere o seguinte enunciado:
- A jornalista Eliane Brum aproximou-se das parteiras amapaenses e **entrevistou as parteiras amapaenses** para **apresentar as parteiras amapaenses** ao restante do Brasil.
- Para eliminar as repetições viciosas, as expressões destacadas devem ser substituídas, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, respectivamente, por:
- (A) as entrevistou - lhes apresentar
- (B) entrevistou-nas - as apresentar
- (C) entrevistou-as - apresentá-las
- (D) entrevistou-lhes - apresentar-lhes
- (E) lhes entrevistou - apresentar-nas
19. A expressão em destaque está grafada e empregada corretamente em:
- (A) O português da índia Dorica não é nada **mal**, considerando que esse não é seu idioma nativo.
- (B) **Por que** a viagem é longa, Dorica, Jovelina e Rossilda saem muito cedo de casa.
- (C) As parteiras não se assustam com sangue, **por que** isso faz parte de sua rotina.
- (D) A repórter queria entender **porquê** aquelas mulheres tinham se tornado parteiras.
- (E) O dia **mal** começou e elas já estão viajando sobre barcos ou tateando caminhos com os pés.



20. A frase redigida com clareza e correção, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, está em:
- (A) Segundo a autora, o português de Dorica possui influência da língua indígena e do francês, e por isso às vezes prejudicava o entendimento do que ela queria dizer.
 - (B) Além das parteiras do Amapá, outras pessoas foram convidadas à fazer parte do livro de Eliane Brum, do qual foi elogiado por jornalistas e amantes da literatura.
 - (C) A autora emociona-se ao falar de Dorica, que o português é a segunda língua, mas que comunica-se com grande poesia nesse idioma.
 - (D) Dorica, Jovelina e outras parteiras reúnem-se à fim de conduzir a jornalista em sua viagem pela floresta, embora revelando seus segredos.
 - (E) Em seu livro intitulado *O olho da rua*, Eliane Brum dedica-se à descrição do cotidiano de diversas personagens que compõem a sociedade brasileira.

Raciocínio Lógico-Matemático

21. Quatro senhoras trabalham em uma seção e seus nomes são Marina, Cleuza, Lúcia e Débora. Cada uma está calçando um tipo de calçado diferente e que são: tênis, sandália, sapato de salto alto e sapato baixo, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que Marina não está calçando sandália e que Débora só usa sapato de salto alto. Lúcia é amiga da senhora que está com sapato baixo e nenhuma delas é amiga de Marina. Sendo assim, pode-se concluir corretamente que
- (A) Marina está com sapato baixo e Débora com sapato de salto alto.
 - (B) Lúcia está com tênis ou Cleuza está com sandália.
 - (C) Débora não está com sapato de salto alto ou Cleuza está com sapato baixo.
 - (D) Marina não está com sandália e Lúcia não está com sandália.
 - (E) Ou Cleuza está com sapato de salto alto ou Débora está com tênis.
22. Alguns repórteres também são cronistas, mas não todos. Alguns cronistas são romancistas, mas não todos. Qualquer romancista é também: ou repórter ou cronista, mas não ambos. Supondo verdadeiras as afirmações, é possível concluir corretamente que
- (A) há romancista que não seja repórter e também não seja cronista.
 - (B) os cronistas que são repórteres também são romancistas.
 - (C) não há repórter que seja cronista.
 - (D) não há cronista que seja romancista e repórter.
 - (E) há repórter que seja romancista e cronista.
23. Nove pessoas estão sentadas em volta de uma mesa redonda. Essas pessoas serão nomeadas com as primeiras letras do alfabeto e estão sentadas, considerando o sentido anti-horário e iniciando pela pessoa A, do seguinte modo: A; B; C; D; E; F; G; H; I. São realizadas quatro mudanças de lugar entre algumas dessas pessoas, nessa ordem:
- 1ª mudança: as pessoas C e E trocam de lugar entre si; em seguida,
- 2ª mudança: as pessoas D e H trocam de lugar entre si; em seguida,
- 3ª mudança: as pessoas G e I trocam de lugar entre si; em seguida,
- 4ª mudança: as pessoas H e A trocam de lugar entre si.
- Após essas quatro mudanças, a disposição dessas pessoas em volta da mesa, no sentido horário e iniciando pela pessoa A, é
- (A) A; I; G; C; F; D; B; H; E.
 - (B) A; E; B; H; G; D; I; F; C.
 - (C) A; C; F; I; D; G; H; B; E.
 - (D) A; G; D; I; F; C; H; E; B.
 - (E) A; C; F; I; D; H; G; B; E.
24. Cada termo da sequência a seguir é formado por seis vogais:
(AAAEI; EEEIIO; IIIIOU; OOOUUA; UUUAAE; AAAEEI; EEEIIO; . . .)
- Mantido o mesmo padrão de formação da sequência, se forem escritos os 12º, 24º, 36º e 45º termos, o número de vezes que a vogal U será escrita nesses termos é igual a
- (A) 1.
 - (B) 6.
 - (C) 5.
 - (D) 2.
 - (E) 3.



25. As frases I e II são verdadeiras. A frase III é falsa.
- I. Jogo tênis ou pratico caminhada.
 - II. Se pratico caminhada, então não sou preguiçoso.
 - III. Não sou preguiçoso ou estou cansado.
- A partir dessas informações, é possível concluir corretamente que
- (A) jogo tênis e estou cansado.
 - (B) pratico caminhada e sou preguiçoso.
 - (C) ou estou cansado ou não pratico caminhada.
 - (D) estou cansado ou jogo tênis.
 - (E) pratico caminhada ou estou cansado.
-
26. Três amigos exercem profissões diferentes e praticam esportes diferentes. As profissões exercidas por eles são: advocacia, engenharia e medicina. Os esportes praticados são: futebol, basquetebol e voleibol. Sabe-se que Alberto não é médico e Carlos não é médico. Ou o Bruno pratica voleibol ou o Bruno pratica basquetebol. Se o Bruno não pratica futebol, então Alberto não é advogado. Carlos pratica voleibol. Com essas informações é possível determinar corretamente que
- (A) Bruno pratica voleibol e exerce a engenharia.
 - (B) Carlos exerce a advocacia e pratica voleibol.
 - (C) Alberto exerce a advocacia e pratica basquetebol.
 - (D) Bruno exerce a medicina e pratica futebol.
 - (E) Alberto exerce a engenharia e pratica basquetebol.
-
27. Juliano começou a assistir um filme às 20 horas e 35 minutos. A duração do filme era de 148 minutos. Juliano terminou de assistir às
- (A) 22 horas e 58 minutos.
 - (B) 23 horas e 8 minutos.
 - (C) 23 horas e 3 minutos.
 - (D) 22 horas e 53 minutos.
 - (E) 22 horas e 3 minutos.
-
28. Vou à academia todos os dias da semana e corro três dias na semana. Uma afirmação que corresponde à negação lógica da afirmação anterior é
- (A) Não vou à academia todos os dias da semana ou não corro três dias na semana.
 - (B) Vou à academia quase todos os dias da semana e corro dois dias na semana.
 - (C) Nunca vou à academia durante a semana e nunca corro durante a semana.
 - (D) Não vou à academia todos os dias da semana e não corro três dias na semana.
 - (E) Se vou todos os dias à academia, então corro três dias na semana.
-
29. Uma empresa contrata dois novos funcionários. O primeiro começará a trabalhar no dia primeiro de outubro, uma segunda-feira, com um regime de trabalho no qual ele trabalha quatro dias e folga no quinto dia, volta a trabalhar quatro dias e folga no quinto e assim sucessivamente. O segundo funcionário começará a trabalhar no dia 3, desse mesmo mês, uma quarta-feira, com um regime de trabalho no qual ele trabalha cinco dias e folga no sexto dia, volta a trabalhar cinco dias e folga no sexto dia e assim sucessivamente. A segunda vez em que os dois novos funcionários tirarão a folga no mesmo dia é o dia
- (A) 20 de outubro.
 - (B) 4 de novembro.
 - (C) 24 de novembro.
 - (D) 19 de outubro.
 - (E) 19 de novembro.
-
30. Léo e Bia gostam de caminhar em uma praça redonda. Eles começam a caminhada em posições diametralmente opostas no mesmo instante, e caminham em sentidos contrários. Quanto ao ritmo das caminhadas enquanto Bia dá uma volta completa, Léo dá exatamente duas voltas completas. Cada um deles mantém o próprio ritmo durante todo o período da caminhada. Após o início da caminhada, Bia havia dado quatro voltas quando ambos pararam. Nesse dia, os dois se cruzaram durante a caminhada, sem ser nos pontos iniciais da caminhada, um número de vezes igual a
- (A) 6.
 - (B) 5.
 - (C) 9.
 - (D) 8.
 - (E) 7.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

31. A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos **I**; constitui um dos seus objetivos fundamentais **II**; e rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio **III**.

Preenche, correta e respectivamente, as lacunas **I**, **II** e **III**:

	I	II	III
A	a dignidade da pessoa humana	conceder asilo político	da prevalência dos direitos humanos
B	a cidadania	conceder asilo político	do repúdio ao terrorismo e ao racismo
C	a soberania	construir uma sociedade livre, justa e solidária	do repúdio ao terrorismo e ao racismo
D	os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	defender a paz	da prevalência dos direitos humanos
E	o pluralismo político	defender a paz	da prevalência dos direitos humanos

32. Segundo o art. 16 da Constituição Federal: *A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.*

Trata-se de norma constitucional

- (A) de eficácia limitada.
 (B) de aplicabilidade imediata e eficácia plena.
 (C) de aplicabilidade imediata e eficácia restringível.
 (D) não autoexecutável.
 (E) programática.

33. A norma definidora de direito fundamental, segundo a qual *a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada* (Constituição Federal, art. 5º, inciso XXXIV), pode ser explicada do seguinte modo:

- (A) a lei não pode retroagir em detrimento da segurança jurídica do cidadão.
 (B) a lei ordinária não pode, mas a lei complementar pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
 (C) o princípio da legalidade não se aplica às pessoas jurídicas.
 (D) o princípio da anterioridade da lei penal não se aplica às pessoas jurídicas.
 (E) o Estado Democrático de Direito só admite leis prospectivas.

34. É direito social dos trabalhadores urbanos e rurais

- (A) a duração do trabalho normal não superior a seis horas diárias e quarenta semanais.
 (B) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.
 (C) o aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo, de noventa dias, nos termos da lei.
 (D) a proteção em face da automação, na forma da lei complementar.
 (E) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

35. Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos, é competência

- (A) privativa da União.
 (B) privativa dos Estados.
 (C) comum da União e dos Estados, apenas.
 (D) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal, apenas.
 (E) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

36. O *caput* do art. 37 da Constituição Federal: *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte [...] revela que o dispositivo, em sua completude, tem abrangência*

- (A) municipal.
 (B) federal.
 (C) estadual.
 (D) nacional.
 (E) regional.

37. Dispõe o § 4º do art. 39 da Constituição Federal: *O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.*

Essa norma constitucional

- (A) exclui a percepção de décimo terceiro salário.
 (B) impede seja o subsídio aplicado a carreiras de nível médio do serviço público.
 (C) impede sejam percebidos valores de natureza indenizatória, como diárias.
 (D) pode ser aplicada à carreira diplomática.
 (E) exclui a percepção de remuneração com pelo menos um terço a mais do que o salário normal quando do gozo de férias anuais.

38. A teor do art. 45, § 1º, da Constituição Federal: *O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por **I**, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de **II** ou mais de **III** Deputados.*

Preenche, correta e respectivamente, as lacunas **I**, **II** e **III**:

- (A) lei complementar - quatro - sessenta
 (B) lei complementar - sete - oitenta
 (C) lei complementar - oito - setenta
 (D) lei - oito - setenta
 (E) lei - quatro - oitenta



39. A teor do art. 47 da Constituição: *Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.*
- Essa regra aplica-se, entre outras hipóteses, às deliberações parlamentar de
- (A) lei ordinária e medida provisória.
(B) lei ordinária e emenda à Constituição.
(C) lei ordinária e lei complementar.
(D) decreto legislativo e emenda à Constituição.
(E) decreto legislativo e lei complementar.
40. Carece de autonomia funcional e administrativa:
- (A) o Ministério Público Federal.
(B) a Advocacia-Geral da União.
(C) a Defensoria Pública Estadual.
(D) a Defensoria Pública do Distrito Federal.
(E) a Defensoria Pública da União.
- Noções de Direito Administrativo**
41. Considerando o regime jurídico aplicável aos servidores públicos nos termos da Constituição Federal, a estabilidade é conferida
- (A) aos agentes públicos titulares de cargo de provimento efetivo e aos empregados das empresas estatais, desde que as respectivas investiduras no serviço público tenham se dado por meio de concurso público.
(B) aos empregados públicos de autarquias e empresas públicas concursados, após três anos de efetivo exercício, não adquirindo estabilidade os empregados de sociedade de economia mista, mesmo que concursados.
(C) após três anos de efetivo exercício aos servidores públicos estatutários, aos empregados públicos e aos servidores comissionados.
(D) aos empregados públicos concursados, após três anos de efetivo exercício, hipótese em que passam a integrar a categoria dos servidores públicos estatutários.
(E) aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, após três anos de efetivo exercício.
42. As autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista são entidades estatais. É correto afirmar quanto a referidas instituições que as
- (A) autarquias e empresas públicas integram a Administração pública direta, enquanto que as sociedades de economia mista, por possuírem personalidade de direito privado, integram a Administração pública indireta.
(B) empresas públicas detêm personalidade de direito público e integram a Administração pública indireta, as autarquias, da mesma forma, detêm personalidade jurídica de direito público, mas integram a Administração pública direta.
(C) autarquias detêm personalidade jurídica de direito público, enquanto as empresas públicas e sociedades de economia mista detêm personalidade jurídica de direito privado, integrando, todas elas, a denominada Administração pública indireta.
(D) sociedades de economia mista prestadoras de serviço público integram a Administração pública direta, enquanto as exploradoras de atividade econômica integram a Administração pública indireta.
(E) autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista detêm personalidade jurídica de direito privado, razão pela qual integram a denominada Administração pública indireta.
43. O Supremo Tribunal Federal editou o enunciado sumular segundo o qual *a Administração pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos*. Referido enunciado sumular diz respeito ao princípio ou poder de autotutela. Quanto a esse princípio, é correto afirmar que a Administração pública pode
- (A) declarar a nulidade de seus próprios atos, no entanto, somente o judiciário pode revogar os atos administrativos, em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
(B) regovar os atos eivados de vícios insanáveis e anular os atos inoportunos e inconvenientes, desde que, nesse último caso, não sejam atingidos terceiros de boa-fé.
(C) anular ou declarar a nulidade dos atos ilegais e revogar os atos inoportunos e inconvenientes, mesmo quando atingidos terceiros de boa-fé, isso em razão do princípio da eficiência.
(D) anular ou declarar a nulidade dos atos ilegais e revogar os atos inoportunos e inconvenientes, de forma motivada e respeitados os limites à anulação e à revogação.
(E) anular ou declarar a nulidade dos atos ilegais e revogar os atos inoportunos e inconvenientes contudo, no primeiro caso, somente pode agir por provocação, tendo em vista o princípio da inércia.
44. Sabe-se que, depois de editado, um ato administrativo, produz efeitos como se válido fosse até sua impugnação administrativa ou judicial. Esse atributo dos atos administrativo é denominado
- (A) imperatividade ou poder extroverso, que diferencia um ato administrativo de um contrato e é corolário do princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.
(B) presunção de legitimidade, estabelecido para que a Administração pública cumpra de forma célere suas funções, tratando-se, no entanto, de presunção que admite prova em contrário.
(C) presunção de legitimidade, estabelecido para que a Administração pública cumpra de forma eficiente suas funções, tratando-se, no entanto, de presunção que não admite prova em contrário, em razão do princípio da legalidade.
(D) autoexecutoriedade, que se divide em exigibilidade e executoriedade e encontra fundamento na necessidade da administração fazer cumprir suas decisões, desde que haja com proporcionalidade, ou seja, sem cometer excessos.
(E) presunção de veracidade, que diz respeito à conformidade dos atos com os dispositivos legais e não admite prova em contrário.
45. As autarquias possuem personalidade jurídica própria, autonomia financeira e autoadministração. Partindo dessa premissa, é correto afirmar que
- (A) o ente instituidor mantém em relação à autarquia poder hierárquico e poder disciplinar, em razão do controle de tutela.
(B) a despeito de assumirem obrigações em nome próprio por ser sujeito de direitos, é o ente instituidor quem responde por seus atos.
(C) não se submetem ao controle de tutela do ente instituidor, para conformá-las aos cumprimento dos objetivos públicos em razão dos quais foram criadas.
(D) seus recursos e patrimônio, independentemente da origem, configuram recursos e patrimônio do ente instituidor.
(E) têm liberdade para gerir seus quadros funcionais sem interferências indevidas do ente instituidor.



46. A vigilância sanitária interditou, após regular processo administrativo, estabelecimento comercial no Município de Serra do Navio que funcionava regularmente há anos. A interdição decorreu do fato de o estabelecimento não manter as condições sanitárias de higiene estabelecidas em lei e em regulamento nas instalações físicas e no processamento dos alimentos. A atividade exercida pela vigilância sanitária é manifestação do poder
- (A) de polícia administrativa que após a Constituição Federal é conferido somente à polícia judiciária, em razão do princípio democrático que retirou do ato administrativo o atributo da coercitividade.
- (B) disciplinar-normativo da Administração, que expede atos gerais e abstratos para limitar ou disciplinar direitos, interesses ou a liberdade dos administrados, em razão de interesse público concernente à segurança e à higiene.
- (C) de polícia administrativa, que na hipótese não envolveu o atributo da executoriedade, porque a medida foi imposta após regular processo administrativo.
- (D) de polícia administrativa, que possui os atributos da autoexecutoriedade e coercibilidade e deve obediência às regras de competência, forma e finalidade dos atos administrativos.
- (E) disciplinar, também denominado de extroverso, cujos atributos da autoexecutoriedade e da coercibilidade não dispensam a observância do devido processo legal.
-
47. Servidor público lotado no órgão responsável por licitações e contratos permitiu que os projetos básico e executivo de obra que seria licitada fossem, antes da fase externa da licitação, conhecidos por futura concorrente. Por esse ato, tal servidor poderá
- (A) responder por ato de improbidade administrativa, que não impede a responsabilização por ilícito disciplinar e civil.
- (B) responder criminalmente e disciplinarmente, responsabilidades que absorvem todos os demais tipos de ilícitos, inclusive o civil.
- (C) responder por ato de improbidade administrativa na hipótese de comprovado prejuízo, do contrário responderá apenas disciplinarmente.
- (D) responder apenas civilmente pela reparação dos danos eventualmente causados à Administração.
- (E) não responder por ato de improbidade administrativa porque, como servidor público, responde por ilícito administrativo e tem o dever de ressarcir os danos eventualmente causados.
-
48. Sabe-se que a Administração pública tem, dentre suas funções a obrigação legal de prestar Serviços Públicos à população. Os Serviços Públicos são atividades
- (A) que devem ser prestadas em caráter contínuo, em razão dos princípios da indisponibilidade e da supremacia do interesse público.
- (B) que, pela sua essencialidade, somente podem ser prestadas pelo Poder Público.
- (C) que, pela sua essencialidade, obedecem a diversos princípios, dentre eles o da autonomia da vontade e da indisponibilidade do interesse público.
- (D) prestadas pelo Poder Público ou por particular, sendo que na hipótese de serem prestadas por particular não devem obediência ao princípio da modicidade tarifária, isso em razão do princípio da eficiência.
- (E) prestadas pelo Poder Público ou por Particular, e, em razão de sua essencialidade, obedecem a diversos princípios, dentre eles o da continuidade e modicidade tarifária.
-
49. A Administração pública, por lei, criou autarquia atribuindo-lhe competência para prestar serviço público de saneamento básico. Para preenchimento dos cargos públicos efetivos criados poderá:
- (A) realizar concurso público ou, diante da justificativa, pautada na situação de emergência, contratar empregados diretamente pelo prazo de 5 anos.
- (B) prover os cargos por livre nomeação, desde que haja a edição de ato regulamentar autorizador.
- (C) prover os cargos por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexibilidade do cargo, na forma prevista em lei.
- (D) realizar processo de seleção, desde que para contratação de empregados públicos, por prazo não superior a 5 anos.
- (E) justificar a impossibilidade de realizar concurso público e transformar os empregados de fundação governamental em servidores públicos da autarquia recém instituída.
-
50. A Administração pública pode instituir pessoas com personalidade jurídica própria, desde que o faça por meio de lei específica, para prestar serviços públicos. O enunciado diz respeito à
- (A) autarquia, que tem personalidade de direito público e submete-se a regime jurídico de direito público.
- (B) sociedade de economia mista, que tem personalidade de direito privado e submete-se a regime de direito privado parcialmente derogado pelo regime público.
- (C) empresa pública, que tem personalidade de direito público e, por isso, submete-se a regime de direito público.
- (D) autarquia, que tem personalidade de direito público e submete-se a regime jurídico de direito privado.
- (E) empresa pública, que tem personalidade de direito privado e, por isso, submete-se a regime jurídico privado.
-
- Direito Civil**
51. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito quando a lei
- (A) for injusta.
- (B) for omissa.
- (C) tiver caído em desuso.
- (D) tiver sido revogada por outra que haja regulado inteiramente a matéria.
- (E) ofender direito adquirido.
-
52. Com objetivo científico, Adão decidiu dispor de todo o seu corpo para depois da morte. De acordo com o Código Civil, tal ato é
- (A) válido, podendo ser revogado apenas se houver sido praticado gratuitamente.
- (B) inválido, pois o corpo humano, mesmo morto, não pode ser tratado como objeto de disposição.
- (C) válido, tenha sido praticado gratuita ou onerosamente, não podendo ser revogado.
- (D) válido, desde que feito gratuitamente e podendo ser revogado a qualquer tempo.
- (E) inválido, pois a disposição do corpo morto somente pode ocorrer para fins de transplante.



<p>53. A empresa MMB possui seu principal estabelecimento em Macapá, além de outros dois em Manaus e Brasília. A diretoria funciona em Manaus. Admitir-se-á como domicílio(s) da empresa</p> <p>(A) Manaus, apenas. (B) Macapá, Manaus e Brasília, independentemente do local em que tenha sido praticado o ato. (C) Macapá, Manaus e Brasília, para os atos praticados em cada um desses locais. (D) Macapá e Manaus, apenas. (E) Macapá, apenas.</p>	<p>57. A propósito de crimes praticados por particular contra a Administração em geral é correto afirmar:</p> <p>(A) Para caracterizar o crime de usurpação de função pública é necessário que o agente aufera algum tipo de vantagem. (B) Se o crime de contrabando for praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial aplica-se a pena em dobro. (C) Aquele que solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem comete crime de corrupção ativa. (D) Aquele que oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício incorre nas penas da corrupção passiva. (E) Aquele que se opõe à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo comete crime de resistência, sendo que tal violência ou ameaça não se estende àquele que presta auxílio ao funcionário que executa o ato.</p>
<p>54. André, motorista não profissional, colidiu seu veículo com o de Isaac, que o acionou judicialmente. A responsabilidade de André é</p> <p>(A) subjetiva, dependendo da comprovação de culpa, além de nexo de causalidade e dano. (B) subjetiva, dependendo apenas da comprovação de nexo de causalidade e dano. (C) objetiva, dependendo da comprovação de culpa, além de nexo de causalidade e dano. (D) objetiva, dependendo apenas da comprovação de nexo de causalidade e dano. (E) objetiva, dependendo apenas da comprovação do dano.</p>	<p>58. Considere o artigo 10 do Código Penal.</p> <p>Art. 10 – O dia do no cômputo do prazo. Contam-se, e pelo calendário comum.</p> <p>Com relação à contagem do prazo penal, preenche, correta e respectivamente, as lacunas:</p> <p>(A) final – incluiu-se – as horas – os dias – os meses (B) início – excluiu-se – os dias – os meses – os anos (C) começo – incluiu-se – os dias – os meses – os anos (D) final – excluiu-se – as horas – os dias – os anos (E) começo – considera-se – as horas – os dias – os meses</p>
<p>55. A respeito do contrato de empreitada, considere:</p> <p>I. Em regra, extingue-se o contrato de empreitada em caso de falecimento de quaisquer das partes. II. Se o empreiteiro, por imperícia ou negligência, deteriorar os materiais que recebeu do proprietário, inutilizando-os, é obrigado a pagar por eles. III. O empreiteiro responde por perdas e danos se suspender a execução da empreitada sem justa causa. IV. O proprietário pode, como regra, alterar o projeto da obra, mesmo sem a anuência de seu autor.</p> <p>De acordo com o Código Civil, está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II, III e IV. (B) II e III, apenas. (C) III e IV, apenas. (D) II e IV, apenas. (E) I e II, apenas.</p>	<p>59. Embora cometidos no estrangeiro, NÃO ficam sujeitos à lei brasileira os crimes</p> <p>(A) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República. (B) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, de sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público. (C) contra a Administração pública, por quem está a seu serviço. (D) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil. (E) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e ainda que aí não sejam julgados.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>56. A propósito da falsidade documental, é correto afirmar:</p> <p>(A) O documento particular não pode ser objeto do crime de falsidade ideológica. (B) O testamento particular não pode ser objeto do crime de falsificação de documento público. (C) O crime de falsificação de documento particular ocorre apenas com a falsificação integral do documento. (D) O cartão de débito ou crédito equipara-se a documento particular. (E) Os livros mercantis não podem ser objeto do crime de falsificação de documento público.</p>	<p>60. Com relação à aplicação da lei penal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal. (B) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência. (C) Pode-se ser punido por fato que lei posterior deixe de considerar crime, se já houver sentença penal definitiva. (D) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas. (E) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento de seu resultado.</p>